

volume

19

Dezembro/2013

ISSN 1516-2095
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



ARQUIVOS, HISTÓRIA E DIREITO: ACERVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA SANTA MARIA REPUBLICANA

Leticia da Silva Fausto¹

Resumo: O projeto de iniciação científica denominado, “Arquivos, História e Direito: acervos da Justiça do Trabalho na Santa Maria Republicana”, realizado no acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria, só foi possível devido ao convênio entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em 2009. Este trabalho pioneiro tem como objetivo principal demonstrar as potencialidades deste acervo como fonte de pesquisa e a preservação da memória da cidade. A pesquisa deste acervo possibilitou a elaboração de artigos, monografias de conclusão de curso e projetos de mestrado. Além de outras temáticas, o acervo demonstra, através dos processos judiciais, o início da luta por direitos trabalhistas presente nos processos judiciais do período de 1940 até a atualidade.

Palavras-chaves: Trabalhadores, Acervo, Justiça do Trabalho.

Introdução

Este trabalho se trata de um estudo pioneiro, realizado no acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria, demonstrando a importância desses documentos como fonte de pesquisa e desvendando seus segredos descritos nos autos dos processos trabalhistas. Sua realização foi possível graças ao convênio firmado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2009.

Este acervo é uma rica fonte de pesquisa capaz de contar parte da História da Justiça do Trabalho no Brasil e do Rio Grande do Sul, especialmente em Santa Maria. Desta forma é importante discutir meios de preservação documental para este importante acervo histórico.

De acordo com Antônio Luigi Negro, as fontes da Justiça do Trabalho

são demonstrações claras da existência de identidades operárias horizontais, estruturando os mundos do trabalho com a presença ativa das classes subalternas, que quase nunca são um bloco coeso e homogêneo disposto para o protesto social. (...) Ao assim fazê-lo, somos levados a considerar não exclusivamente a história a partir de baixo, mas sim – e de maneira mais abrangente – a história da relação entre capital e trabalho, ou o alto e o baixo. Aqui, em particular, somos levados à história dessa relação nos termos de sua mediação – jurídica e institucional – regulada pela Justiça do Trabalho, o que é um campo de pesquisa específico e em expansão. Nesse sentido, a pesquisa nessa área deverá logo se indagar se as classes subalternas eram uma massa de manobra que sucumbia nos planos das camadas superiores ou se desejavam (e

¹Bacharel em Arquivologia UFSM. Bolsista REUNI de Iniciação Científica 2012 UFSM. Mestranda em História UFSM. E-mail: leticiafausto09@gmail.com.Orientadora: Gláucia Vieira Ramos Konrad.

de fato conseguiam) ir além do seu papel preestabelecido no roteiro varguista da Justiça do Trabalho. (NEGRO, 2006, p. 196)

Esta referência do historiador é um norte a ser perseguido neste projeto.

Este trabalho se justifica por ser pioneiro em pesquisar o acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria desde a criação do órgão a nível nacional até os dias de hoje. A partir disso será possível realizar diversos estudos da área.

Levando em consideração a importância deste acervo, este trabalho irá discutir medidas de preservação para que a informação contida neste acervo não se perca ao passar dos anos.

Importância dos processos judiciais

Arquivo judicial é o conjunto de tipos documentais de caráter permanente. Quando oriundos de processo judicial, “representam um patrimônio para a reconstrução da vida diária e das relações sociais. Mesmo os processos, que não apresentam mais quaisquer possibilidades de recursos, são fontes de elementos de prova e acesso a memória” (KICH, 2011, p. 21).

Os processos judiciais são uma rica fonte de informação para diversas áreas de interesse. Trata-se de uma fonte documental que possui um amplo “leque” de possibilidades de pesquisas. Sendo assim, o acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria constitui uma fonte de pesquisa inestimável, porém requer um instrumento de pesquisa correspondente a sua importância. A fim de sanar estes problemas, foi criado o projeto de iniciação científica denominado “Arquivos, História e Direito: Acervos da Justiça do Trabalho na Santa Maria Republicana”.

O projeto

O projeto de iniciação científica surgiu da necessidade de demonstrar as potencialidades do acervo da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa e da necessidade de criar um instrumento de pesquisa para o acervo, bem como oferecer o tratamento técnico necessário aos processos. Desta forma, o projeto apresentou os seguintes objetivos:

- demonstrar as potencialidades das fontes da Justiça do Trabalho para o desenvolvimento das pesquisas acerca do mundo do trabalho em Santa Maria.

- ampliar a conscientização da importância do acervo documental da Justiça do Trabalho como registro histórico da ação dos trabalhadores santamarienses.

- reforçar a ideia de que os documentos da Justiça do Trabalho são importantes fontes para debater, validar, confrontar e superar análises gerais e cristalizadas acerca do mundo do trabalho.

- entender os mecanismos de mediação capital\trabalho descritas nos autos dos processos trabalhistas da Justiça do Trabalho.

- demonstrar que as fontes documentais da Justiça do Trabalho abrem um leque de possibilidades ímpares para compreensão dos aspectos econômicos e políticos, além das vivências socioculturais dos trabalhadores santa-marienses.

- demonstrar que, mesmo sendo uma “criação” do Estado Novo, a Justiça do Trabalho traz imbricada na sua formulação, aspirações e lutas por direitos dos trabalhadores, rompendo com análises heteronômicas dos mundos do trabalho.

Metodologia

O projeto procura estudar as obras historiográficas sobre o tema da Justiça do Trabalho e seus acervos, tanto em nível nacional e/ou regional, refletindo sobre a produção sobre acervos arquivísticos.

Além disso, o projeto busca pesquisar, de forma pioneira, o acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria, completo deste a criação do órgão, em nível nacional, desde o período do Estado Novo, em 1941, e consolidado com a criação do Foro Trabalhista de Santa Maria, desde 1959 até a atualidade.

Sua ênfase se dá em torno das proposições metodológicas da história local, conhecida também por micro-história. Nesta perspectiva, também apresentada por Antônio Luigi Negro, procurar-se-á

verificar o que aconteceu e o que as pessoas estavam pensando e fazendo em relação ao que acontecia com elas. (...) levando em consideração as medidas e dimensões de homens e mulheres, sob o peso esmagador de regimes políticos, das guerras, das estruturas. É “um experimento, uma proposta, uma verificação”; nunca um modelo que se impõe à realidade. “É, ainda, mas não necessariamente, a história dos pequenos e dos excluídos. É a história de momentos, de situações, de pessoas que, indagados com olhar analítico, em âmbito circunscrito, recuperam peso e colorido”. Esse “exame de contextos concretos, na sua complexidade, faz emergir novas categorias interpretativas, novas tramas causais, novos terrenos de investigação”. (...) Então, hoje, cabe estender esse procedimento de pesquisa às fontes da Justiça do Trabalho. (SLENES, Robert, apud NEGRO, 2006, p. 197)

O acervo

Trata-se de um acervo inédito, com um inestimável valor histórico, localizado no Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Assim, realizou-se o diagnóstico da situação do acervo e o levantamento inicial sobre o conjunto da documentação sobre os trabalhadores de Santa Maria e região. Os processos encontram-se agrupados por ano e acondicionados sem tratamento arquivístico, como demonstra a foto a seguir.

Figura 1: Processos Judiciais Arquivados



Fonte: Site do Memorial do Acervo da Justiça do Trabalho

Como pode ser observado na figura 1, o acervo não possui meios de preservação documental. A imagem também demonstra o volume de informações contidas no acervo e a necessidade de um instrumento de pesquisa para que os pesquisadores possam localizar os documentos, fontes de suas pesquisas, o mais rápido possível.

Os documentos estão passando pelo processo de higienização e descrição, em um total de aproximadamente 50 processos trabalhistas até o momento.

A descrição arquivística

A descrição arquivística é realizada através da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). A partir disso, o pesquisador consegue filtrar seu olhar diante do acervo de acordo com os campos de descrição contidos na norma. Sendo assim, o pesquisador encontra o mais rápido possível o que está procurando, identificando também a sua localização.

Este processo de filtrar a informação e de localizar o documento, base de uma pesquisa, é impossível em um acervo com um grande volume de massa documental que não possua descrição arquivística. Bellotto nos remete a uma explicação mais clara e compreensível, nos diz que “o processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. (2006, p.179)

O processo de descrição é um procedimento arquivístico importantíssimo, porém demorado. Sendo assim, este processo é utilizado em documentos permanentes, ou seja, que possuem valor histórico e que não devem ser eliminados. Conforme Bellotto “os instrumentos de pesquisa são vitais para o processo historiográfico” (2006, p. 174). Desta forma, investir na descrição é uma forma de facilitar a pesquisa do usuário de arquivo.

Este procedimento arquivístico é muito importante, demanda tempo e exige um grande esforço intelectual. Um erro nesse processo pode vitimar uma pesquisa, por isso a necessidade deste trabalho ser realizado por um profissional treinado e preparado. Um trabalho de descrição incompleto pode comprometer uma pesquisa “uma vez que o consultante não tem acesso ao acervo e que nenhum meio de busca será refeito, dada a vastidão de documentação a ser descrita”. (BELLOTTO, 2006, p.177)

A Nobrade

A descrição é um processo importantíssimo para os pesquisadores, porém cada arquivo realizava este trabalho da maneira que julgar mais apropriada. Desta forma, houve a necessidade de padronizar este processo a fim de garantir a qualidade do trabalho técnico, surgindo assim em 2006 a NOBRADE.

A NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) foi criada com base nas normas internacionais, Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G) e Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias ISAAR (CPF), seu objetivo é adaptar as normas internacionais à realidade brasileira. (FAUSTO, 2013, p. 23)

A própria Norma nos remete a uma explicação em relação ao objetivo das normas de descrição e a vantagem da padronização deste processo.

Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo que influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação. (NOBRADE, 2006, P. 10)

Ainda segundo a NOBRADE, existem seis principais níveis de descrição, “acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5)” (p.11). O nível correspondente aos processos trabalhistas corresponde ao nível quatro, que se refere a dossiês ou processos.

A Norma nos apresenta as sete áreas de descrição, são elas: área de identificação, área de contextualização, área de conteúdo e estrutura, área de condições de acesso e uso, área de fontes relacionadas, área de notas e área de controle da descrição.

Foram utilizados os elementos descritivos da Norma, adaptando-os a realidade dos processos judiciais. Sendo assim, os elementos utilizados são: Código de Referência; Título; Datas; Nível de Descrição; Dimensão e Suporte; Nome dos Produtores (subdivide-se em Unidade de origem, Parte(s), Agente(s) Processual(ais) e Testemunhas); História administrativa/Biografia; História Arquivística; Âmbito e Conteúdo (subdivide-se em Número(s), Fundo, Assunto e Legislação); Avaliação, Eliminação e Temporalidade; Idioma; Características Físicas e Requisitos Técnicos; Unidades de Descrição Relacionadas; Notas sobre Conservação; Notas Gerais; Nome do Arquivista; Data(s) da(s) Descrição(ões); Localização².

Quanto às Testemunhas, elas se enquadram nos Agentes processuais, porém, como alguns processos existem um grande número de Testemunhas, optou-se por abrir um campo específico para elas a fim de facilitar a visualização. Neste campo, em alguns processos foram separadas as Testemunhas do Acusado e da Vítima, porém esta separação nem sempre é possível, pois dependendo do Escrivão ele não realiza este desmembramento. (FAUSTO, 2013, p. 26)

A Norma de Descrição Arquivística de Documentos (NOBRADE) permite a inserção de campos que facilitem a pesquisa do usuário. No caso do Acervo da Justiça do Trabalho, foi acrescentado o campo “testemunhas”.

²Ver figura 2

4.2 Software utilizado pelo memorial

O software utilizado pelo Memorial da Justiça do Trabalho não comporta os campos necessários para a descrição Arquivística. Desta forma, foi elaborado um Banco de Dados simples, mas que contempla os campos da NOBRADE, como pode ser conferido na figura a seguir:

Figura 2 – Descrição dos processos em Access.

Fonte: Foto Arquivo Pessoal, Letícia da Silva Fausto, 2013.

Como pode ser observado, o Banco de Dados criado em Access 2007 trata-se de um banco de dados com uma simples interface, porém contempla em seus campos iniciais as recomendações feitas pela NOBRADE, facilitando assim, a visualização de todos os campos ao mesmo tempo.

O Software possui botões para facilitar o seu uso, tais como o botão de busca, direção, salvar e criar novo registro, como pode ser observado na figura 2.

O Banco de Dados também permite criar tabelas de consulta, para facilitar a pesquisa do usuário de arquivo, permitido filtrar os campos de busca

de seu interesse, facilitando a localização do processo que contenha a

Código Referência	Data de Abertura e conclusão	Localização
1	15/11/1941_17/10/1944	1º estante, Documento 1
2	02/09/1942_31/01/1945	1º estante, Documento 2
3	21/08/1941_29/09/1941	1º estante, Documento 3
4	17/06/1941_14/07/1942	1º estante, Documento 4
5	08/08/1941_08/12/1941	1º estante, Documento 5
6	17/06/1941_17/06/1941	1º estante, Documento 6
7	17/07/1941_20/10/1941	1º estante, Documento 7
8	24/09/1941_24/11/1941	1º estante, Documento 8
9	15/07/1941_11/12/1941	1º estante, Documento 9
10	17/06/1941_19/02/1992	1º estante, Documento 10
11	17/06/1941_24/10/1941	1º estante, Documento 11
12	14/07/1941_29/07/1941	1º estante, Documento 12
13	14/07/1941_06/03/1942	1º estante, Documento 13
14	17/06/1941_18/12/1941	1º estante, Documento 14
15	02/08/1941_04/12/1941	1º estante, Documento 15
16	17/06/1941_19/05/1942	1º estante, Documento 16
17	16/08/1941_20/11/1941	1º estante, Documento 17
18	28/11/1941_18/03/1943	1º estante, Documento 18
19	14/07/1941_22/09/1941	1º estante, Documento 19

informação de interesse de seu trabalho, como demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Tabela de Consulta

Fonte: Foto Arquivo Pessoal, Letícia da Silva Fausto, 2013.

Como pode ser observado, o Access nos permite criar tabelas de consulta com os campos do Banco de Dados. Sendo assim, se quisermos consultar todos os processos em que a sua conclusão ocorreu em 1942, por exemplo, basta realizar uma tabela de consulta com os seguintes campos: Código referência, Data de Abertura e Conclusão e a Localização.

O problema desta ferramenta é que ela não suporta um grande volume de dados. Desta forma, o Access 2007 é uma ferramenta importante, porém como uma solução provisória e imediata. Por isso, há necessidade de prestar consultoria para a Justiça do Trabalho para que o software utilizado passe a contemplar os campos de descrição conforme a NOBRADE.

Conclusão e trabalhos futuros

A pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento e os resultados apresentados são parciais. Assim, realizou-se o diagnóstico da situação do

acervo e o levantamento inicial sobre o conjunto da documentação sobre os trabalhadores de Santa Maria e região, bem como um levantamento, por amostragem temporal e por categorias de trabalhadores, em torno da luta por direitos e por justiça trabalhista.

Este projeto de iniciação científica é um desdobramento do convênio firmado entre a UFSM e o TRT4, em Santa Maria, renovado no início de 2012. Diante disso, há um grande incentivo tanto da Universidade quanto do Tribunal da Justiça do Trabalho (Foro de Santa Maria), para que o acervo referente aos trabalhadores de Santa Maria e região possa ser tratado teórica e tecnicamente pelas áreas da Arquivologia e História, no sentido de resgatar a memória dos trabalhadores por trás destes acervos documentais.

As próximas etapas do trabalho compreenderão: prestar consultoria para o Acervo do Centro Regional de Memória de Santa Maria para que o software contemple os elementos necessários para a descrição arquivística segundo a NOBRADE; continuar o trabalho de descrição arquivística dos processos trabalhistas do Acervo do Centro Regional de Memória de Santa Maria e proporcionar o desenvolvimento de pesquisas no acervo documental do Centro Regional de Memória de Santa Maria, que visem a contribuir para construção da história do trabalho de Santa Maria e região.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

FAUSTO, Letícia da Silva. **A importância da descrição arquivística dos processos crimes para a história das mulheres santamarienses no Estado Novo, RS**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: 2013.

KICH, T. J. F. **Descrição do patrimônio documental judicial: processos da Primeira República do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

KONRAD, DiorgeAlceno. O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Campinas: IFCH-Unicamp, 2004. Tese de Doutorado (mimeo.)

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IFCH, 2006.

_____. O Estado Novo veio para me orientar, no Brasil não falta nada, mas precisa trabalhar. In. AUGUSTIN, Sérgio (org.). **Direito trabalhista e previdenciário**: reflexões acadêmicas. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

_____. Identidades e culturas de resistência do trabalho no Estado Novo no Rio Grande do Sul (1937-1945). In. LEMOS, Maria Teresa Toríbio B.; MOTA, Maurício; DANTAS, Alexis T. **I Congresso Internacional de Estudos das Américas**: cultura, globalização, cidades, direitos sociais e saúde (Versão em CD-ROM). Rio de Janeiro: NUCLEAS/UERJ, 2008.

_____. Segurança para o trabalho e as realizações de interesse geral: a busca do apoio político para o Estado Novo no Rio Grande do Sul. In. **Revista História & Luta de Classes**, Dossiê Estado e Poder, v. 7. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Líder, 2009.

NEGRO, Antônio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. In. **Politéia**: História e Sociedade, vol. 6, n. 1, Feira de Santana – BA, 2006. Disponível em: <http://www.uesb.br/politeia/v6/artigo09.pdf>. Acesso em 26 mar. 2010.

Abstract: The undergraduate research project called “Archives, History and Law: collections of the Labor Court in the Republican Santa Maria”, held in the collection of the Labor Court of Santa Maria, was possible due to the agreement between the Federal University of Santa Maria (UFSM) and the Regional Labor Court of the 4th Region in 2009. This pioneering work aims to demonstrate the potential of this collection as a source of research and the preservation of the memory of the city. The research of this collection allowed the production of numerous articles, graduate projects and master degree research. Among other issues, the archives demonstrate, through lawsuits, the beginning of the struggle for labor rights in the period between 1940 to the present day.

Keywords: Workers, archives, Labor Court.
